

HABEAS CORPUS Nº 487.833 - SP (2019/0000341-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : RICARDO PONZETTO
ADVOGADO : RICARDO PONZETTO - SP0126245
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BRUNO MARIN BARILE (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. INDEFERIMENTO LIMINAR DA IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. PEDIDO DE PROGRESSÃO AO REGIME ABERTO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. *WRIT* NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de BRUNO MARIN BARILE contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na impetração originária (HC n.º 2259594-97.2018.8.26.0000).

Consta dos autos que o Paciente foi condenado pela prática do crime de tráfico de drogas à pena de **5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, fixado o regime semiaberto, cuja execução se iniciou em 20/08/2018** (fl. 385).

Foi pleiteado perante o Juízo das Execuções Criminais a progressão ao regime aberto, que foi indeferida por **ausência do requisito objetivo**.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que indeferiu liminarmente a petição inicial (fl. 357).

Nas razões deste *habeas corpus*, a Parte Impetrante sustenta haver o preenchimento do requisito objetivo para progressão ao regime aberto.

Requer, em liminar e no mérito, a progressão de regime.

O pedido liminar foi indeferido pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA (fls. 26-27).

Informações prestadas às fls. 384-387; 389-394, noticiando que, em 14/01/2019, deu entrada no Tribunal estadual o Agravo em Execução Penal n.º 0002714-17.2018.8.26.0158, contra decisão do Juízo de primeiro grau que indeferiu o pedido de progressão.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não

conhecimento do *habeas corpus*, em parecer que recebeu a seguinte ementa:

"*Habeas corpus substitutivo de recurso próprio. Execução penal. Matéria não analisada no acórdão impugnado, tendo em vista a necessidade de dilação probatória. Necessidade de observância do sistema recursal comum. Supressão de instância. Inexistência de flagrante ilegalidade. Parecer pelo não conhecimento do habeas corpus.*" (fl. 398; sem grifos no original).

É o relatório. Decido.

Conforme relatado, o Tribunal estadual indeferiu liminarmente a impetração originária, portanto, que nem sequer superou o conhecimento, não enfrentando as questões suscitadas.

Desse modo, nos termos do que dispõe o art. 105, inciso II, alínea *a*, da Constituição da República, fica evidenciada a incompetência deste Superior Tribunal de Justiça para apreciar e julgar originariamente o pedido de progressão de regime, sob pena de indevida **supressão de instância**.

A propósito: AgInt no HC 418.953/CE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 21/11/2017 (DJe 12/12/2017).

Por fim, não verifico nenhuma patente ilegalidade que imponha a concessão da ordem de *habeas corpus* de ofício, notadamente porque o Paciente só cumprirá 1/6 (um sexto) de sua reprimenda em agosto de 2019.

Ademais, informam os autos que, em 14/01/2019, o Apenado deu entrada no Tribunal estadual o Agravo em Execução Penal n.º 0002714-17.2018.8.26.0158, contra decisão do Juízo de primeiro grau que indeferiu o pedido de progressão, devendo eventual insurgência ser manifestada por meio de via de impugnação própria em momento oportuno.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de março de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora